

# E a dívida?

Nos últimos dias de 1987, duas notícias surpreendentes — e particularmente favoráveis, para o Brasil. Primeiro: o Governo dos EUA, junto com o banco Morgan, resolveu apoiar um esquema para a renegociação da dívida externa do México — com “descontos” sobre a dívida atual. O México vai emitir até US\$ 20 bilhões em títulos, que venderá em leilões, abertos aos bancos credores, que disporão a trocar empréstimos atuais, por esses papéis. As comissões — sobre a taxa de juros normalmente cobrada no mercado internacional — representarão mais do

dobro do nível que o México vinha pagando até agora: 1,6% ao ano, contra 0,8% ao ano. Qual a vantagem? As dívidas antigas serão “trocadas” com descontos equivalentes, possivelmente, até a metade do seu valor: para cada US\$ 100 milhões, serão entregues títulos no valor de apenas US\$ 50 milhões, cancelando-se definitivamente a metade restante. Trata-se, como se vê, da proposta de “securitização” da dívida, com cancelamento parcial de seu valor, defendida pelo ex-Ministro da Fazenda brasileiro, Bresser Pereira. Não

se sabe se outros bancos, além do Morgan, aceitarão o esquema que, logicamente, tenderia a ser buscado pelos demais países devedores. O fato de ele ser apoiado pelo Governo dos EUA, porém, mostra um avanço no tratamento da questão da dívida, que passa a ser encarada também do ponto de vista de política internacional — e não um problema meramente financeiro, entre devedores e credores. Essa evolução abre a perspectiva de que o Governo brasileiro se decida a assinar um acordo “tradicional” com os bancos credores,

para normalizar a entrada de empréstimos no País, e deixe para uma outra etapa (como foi feito pelo México) a negociação de condições inovadoras e qual o segundo fato surpreendente nessa área ocorrida nos últimos dias de dezembro? O FMI adotou uma posição flexível em relação aos países mais pobres (até US\$ 750 de renda **per capita**). Vai emprestar-lhes dinheiro, com juros de apenas 0,5% anuais, e prazo de dez anos para pagar, permitindo-lhes investir e realizar ajustes na economia.